



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Manoel Caetano Ferreira Filho

**CONSELHEIRO (PRESIDENTE)
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA**

Nomeação: Publicação no DOU de 6 de fevereiro de 2023

Início do Mandato (Posse): 13 de fevereiro de 2023

Fim do Mandato: 13 de fevereiro de 2026

Início do Mandato (posse) como Presidente da CEP: 9 de novembro de 2023

Recondução na Presidência: 9 de novembro de 2024

Fim do Mandato como Presidente da CEP: 9 de novembro de 2025

Telefone: (61) 3411-2924

E-mail: etica@presidencia.gov.br

Manoel Caetano Ferreira Filho é Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1989); especialista em Direito Processual Civil pela Università Degli Studi di Milano (1986); bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1979); professor de Direito Processual Civil na Universidade Federal do Paraná; procurador do Estado do Paraná aposentado. Autor da obra “Comentários ao código de processo civil v.7: do processo de conhecimento, arts. 496 a 565”. Publicou na mídia eletrônica o seguinte texto: Cadernos Jurídicos OAB, Curitiba-PR. Participou em diversos eventos, congressos e exposições: XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Mandado de segurança: recursos e efeitos contra sentenças. 2011. (Congresso). XXI Conferência Nacional dos Advogados. Dignidade e Garantias no Processo Judicial. 2011. (Congresso). 5º Congresso Internacional de Direito Tributário do Paraná. A nova lei do mandado de segurança. 2010. (Congresso). Congresso de direito processual (Desafios do novo processo civil e penal). Mesa redonda sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. 2010. (Congresso). VIII Congresso Regional da Escola da Magistratura e VIII Semana Jurídica da Univel. O Sistema de Recursos no Anteprojeto do CPC. 2010. (Congresso). I Congresso de Direito das Cidades: Desafios do século XXI”. Gestão Administrativa: administração de tributos municipais, PAF municipal e Simples Nacional. Exceção de pré-executividade. 2009. (Congresso). Seminário Inbra 40 anos: Reforma agrária, direito e justiça. Processo judicial da ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária – implicações práticas do rito sumário. 2009.